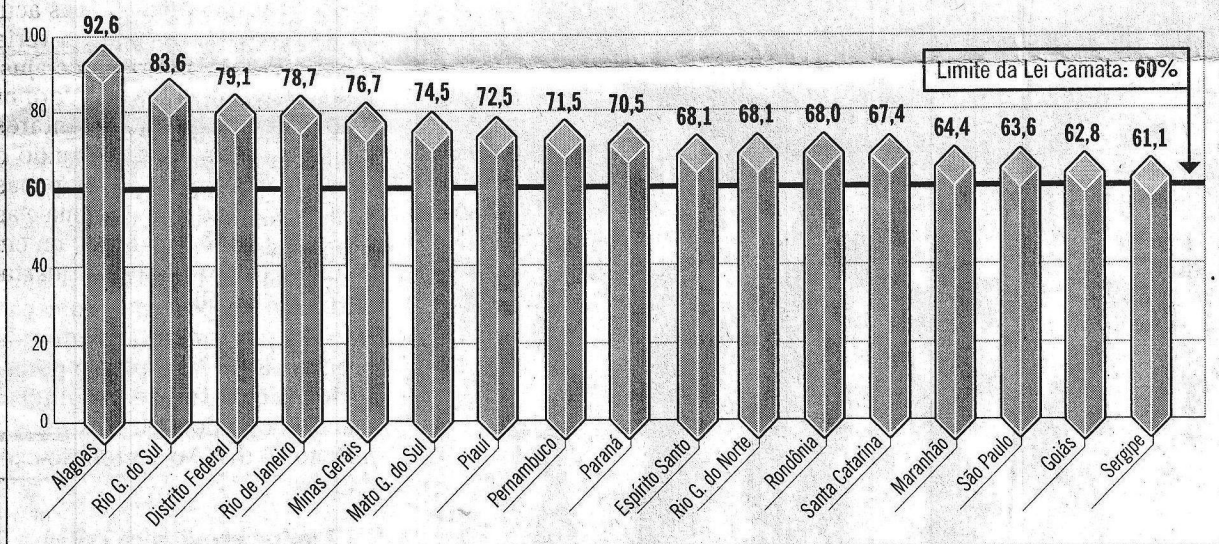


RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE GASTOS DOS ESTADOS E RECEITA LÍQUIDA EM 1997



Ministra prevê demissões nos estados

Costin diz que há governos que gastam até 95% com pagamento de pessoal

Carter Anderson

• As demissões serão uma consequência inevitável dos limites impostos pela Lei Camata, na opinião da ministra de Administração Federal e Reforma do Estado, Cláudia Costin. A ministra disse ontem no Rio que há estados que comprometem até 95% de sua receita líquida com pagamento de pessoal, enquanto a lei estabelece um limite de 60%:

— Existem estados que estão desajustados e que terão que demitir — afirmou a ministra ontem no Rio, sem citar que governos estão em pior situação.

Ministra garante que Governo federal não vai demitir

Claudia Costin voltou a garantir que não há possibilidade de o Governo federal demitir ou reduzir a jornada de trabalho, com consequente redução de vencimentos — alternativa prevista antes das demissões pelo projeto de lei complementar enviado ao Congresso. O projeto, que regulamenta a Lei Camata, é ainda mais drástico com o Governo federal, que só pode comprometer 50% de sua receita líquida com pagamento de pessoal.

— A administração federal já está ajustada. Hoje nós temos 42% de comprometimento da receita líquida com despesa de pessoal, apenas. O Governo federal não precisará adotar essas medidas — afirmou a ministra.

Para evitar que os governado-

res usem de artifícios para burlar a Lei Camata, o Governo tomou alguns cuidados, informou a ministra. Um deles foi a redação do terceiro parágrafo do artigo II do projeto de lei complementar. Esse artigo determina que os encargos sociais, inclusive as contribuições para entidades de previdência, devem ser incluídos nas despesas com pessoal. Costin disse que alguns governadores poderiam excluir esses gastos do cálculo e, dessa forma, maquiar os dados apresentados ao Governo federal.

Costin admitiu que o aumento de tributação dos servidores ativos e a decisão de tributar os inativos são medidas drásticas, mas inevitáveis, uma vez que a média do valor das aposentadorias no setor público é muito superior a do setor privado:

— É uma medida extremamente dura: aumentar a contribuição e fazer com que os inativos contribuam, mas o momento é particularmente sério. Nós temos 905 mil aposentados e pensionistas no Governo federal. Eles se aposentaram com salários integrais, sem ter contribuído para isso. A maioria da população se aposenta com 1,8 salário mínimo apenas. Houve uma preferência por colocar a carga sobre um grupo menor e que se aposenta, no caso do Executivo, com 13 salários-mínimos; no caso do Legislativo Federal, com 32 salários-mínimos; e no caso do Judiciário, com 33 salários-mínimos.

As medidas de contenção no funcionalismo não se limitam ao aumento da contribuição dos servidores. A ministra Cláudia Costin disse que o Governo apertou ainda mais os cintos e decidiu que só vai contratar um novo funcionário a cada seis que se aposentarem. Antes do agravamento da crise, essa proporção era de três para um, segundo ela. Apesar disso, ela garantiu que não faltarão servidores para setores estratégicos, como os de formuladores de políticas públicas para saúde e educação. A contenção se dará principalmente em ocupações que podem ser terceirizadas, como é o caso dos motoristas.

Para Costin, salários do setor público são atraentes

Na opinião da ministra da Administração, os salários no setor público são tão ou mais atraentes dos que são oferecidos na iniciativa privada.

— Recentemente, a Câmara dos Deputados abriu um concurso para operadores de xerox, pagando R\$ 1.850, quando o mercado paga R\$ 200. No Poder Executivo, temos ascensoristas ganhando R\$ 800 em fim de carreira, quando até recentemente os fiscais do Incra ganhavam R\$ 630 e exigia-se deles um curso de Engenharia. Evidentemente, o salário desses fiscais foi triplicado. Passamos três anos, corrigindo o salário frente ao mercado de trabalho — afirmou. ■